



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 251 -----

----- Aos quinze dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, no novo Pavilhão de Desportos de Anadia (Complexo Desportivo do Montouro), reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e secretariada pela Primeira Secretária Senhora Lígia Filipe Seabra e pelo Segundo Secretário Senhor João Paulo Teixeira Branco, com a seguinte ordem de trabalhos: ---

----- Ponto único: Apresentação, discussão e votação da proposta de Protocolo da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. e da proposta de alterações à supracitada proposta de protocolo, apresentada pela Câmara Municipal de Anadia, ambas relacionadas com o serviço de urgências do Hospital José Luciano de Castro (Hospital Distrital de Anadia). -----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas quinze horas e trinta minutos. -----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM): -----

----- • José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro – GM do PSD; -----

----- • Fernando Moraes da Silva – GM do PSD; -----

----- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS; -----

----- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PSD; -----

----- • Lígia Filipe Seabra – GM do PSD; -----

----- • António Augusto da Conceição Pereira da Silva – GM do PSD; -----

----- • José Veloso Bernardino Gonçalves – GM do PSD; -----

----- • Álvaro Gonçalves Marques Pereira – GM do PS; -----

----- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PSD; -----

----- • João Paulo Teixeira Branco – GM do PSD; -----

----- • Áurea de Oliveira Mendes – GM do PS; -----

----- • Jaqueline Soares dos Santos – GM do PSD; -----

----- • António Manuel Gomes Rosmaninho da Fonseca – GM do PSD; -----

----- • Acácio da Conceição Maças – GM do PS; -----

----- • João Alves Moraes – GM da CDU; -----

----- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PSD; -----

----- • António Manuel da Costa Faria Cavadas – GM do CDS-PP; -----

----- • Anabela de Seabra Santos – GM do PSD; -----

----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF): -----

----- • Vítor Manuel da Piedade Timóteo – GM do PSD – PJF de Aguim; -----

----- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PSD – PJF da Amoreira da Gândara; -----

----- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PSD – PJF de Ancas; -----

----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PSD – PJF de Arcos; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PSD – PJF de Avelãs de Caminho; -
----- • Armando Henriques Pereira – GM do PSD – PJF de Avelãs de Cima; -----
----- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores; -----
----- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PSD – PJF da Moita; -----
----- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PSD – PJF de Óis do Bairro; ---
----- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PSD – PJF de Paredes do Bairro; -----
----- • Sérgio Soares Aidos – GM do PSD – PJF de Sangalhos; -----
----- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PSD – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
----- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PSD – PJF de Tamengos; -----
----- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
----- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PSD – PJF de Vilarinho do Bairro. -----
----- Não compareceram à sessão e não solicitaram a sua substituição os Senhores Deputados dos indicados GM: -----
----- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – GM do PS; -----
----- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS; -----
----- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PSD. -----
----- Como se depreende, nenhum Senhor Deputado Municipal solicitou a sua substituição, nos termos dos art.ºs 11.º e 16.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA). -----
----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros: -----
----- • Litério Augusto Marques – PSD – Presidente; -----
----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PSD - Vereadora e Vice-Presidente; -----
----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador; -----
----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PSD – Vereador; -----
----- • Jorge António Tavares de São José – PSD – Vereador; -----
----- • Rui António de Almeida Marinha – PS – Vereador. -----
----- Do executivo camarário não compareceu à sessão o seguinte membro: -----
----- • Aníbal José Franco Ferreira – PSD - Vereador. -----
----- A presente sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Anadia, foi convocada a pedido da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do RAMA. -----
----- Na abertura da sessão extraordinária, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por cumprimentar os presentes e elogiar os funcionários da Câmara Municipal de Anadia que souberam em tempo recorde, adaptar o novo Pavilhão de Desportos de Anadia a um espaço com bastante dignidade para a realização de uma sessão extraordinária. -----
----- Pelo facto de se tratar de uma sessão extraordinária, que nos termos do n.º 4 do artigo 34.º do RAMA, que não consagra o período de antes da ordem do dia (PAOD), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu, de imediato, início ao período da ordem do dia, tendo dado entrada no ponto único da mesma: “Apresentação, discussão e votação da proposta de Protocolo da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. e da proposta de alterações à supracitada proposta de protocolo, apresentada pela Câmara Municipal de Anadia, ambas



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relacionadas com o serviço de urgências do Hospital José Luciano de Castro (Hospital Distrital de Anadia)". -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha dado entrada na Mesa uma proposta do GM do PSD, subscrita pelo Senhor Deputado António Silva (PSD), que propunha um período para a intervenção do público nesta sessão extraordinária, nos termos regimentais previstos para as sessões ordinárias, e que se encontra anexa à acta. -----

----- Em face da proposta apresentada, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou que nas sessões extraordinárias não está prevista esta possibilidade, conforme o RAMA no n.º 1 do seu art.º 36º, que refere que *"Nas sessões ordinárias haverá um período de intervenção do público, em que o Presidente da Assembleia concederá a palavra a quem, do público, quiser pronunciar-se sobre matérias de interesse geral do Município"*, ou seja, o período de intervenção do público diz exclusivamente respeito a sessões ordinárias. Deste modo, de acordo com a Lei e o RAMA, nas sessões extraordinárias, não existe nem PAOD nem período de intervenção do público. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou, referindo que, no entanto, na anterior sessão extraordinária da Assembleia Municipal tinha sido aberto um precedente, que considerou positivo, quando o plenário decidiu que o público interviesse. Neste sentido, afirmou que admitia a presente proposta do GM do PSD, à qual a Mesa da Assembleia dava total acordo, tendo passado, de imediato, à sua votação. Decorrida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor. -----

----- Aprovada a proposta da existência de um período de intervenção do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou, que, quem, do público estivesse interessado em intervir deveria solicitar aos serviços de apoio um formulário de inscrição para esse efeito. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto único da ordem do dia: Apresentação, discussão e votação da proposta de Protocolo da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. e da proposta de alterações à supracitada proposta de protocolo, apresentada pela Câmara Municipal de Anadia, ambas relacionadas com o serviço de urgências do Hospital José Luciano de Castro (Hospital Distrital de Anadia). -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por cumprimentar os presentes e agradeceu aos funcionários da Câmara Municipal que, de uma maneira rápida e eficaz, conseguiram criar as condições mínimas necessárias à realização da sessão extraordinária, uma sessão de importância capital para o Município de Anadia, tendo explicado ter sido esse o motivo que o levou a propor o novo Pavilhão de Desportos de Anadia para, de uma forma organizada e respeitosa, poderem ser ouvidas as pessoas e os seus anseios, que muitas vezes aparecem deturpados quando chegam ao conhecimento do Executivo. Agradeceu, então, a presença do público e declarou acreditar que as pessoas presentes iriam ser os mensageiros do que for discutido na sessão para transmitir aos que não puderam estar presentes relativamente ao que querem fazer às urgências do Hospital José Luciano de Castro, de Anadia. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Câmara continuou, informando que todos os membros do Executivo presentes na Assembleia Municipal comungavam do mesmo sentimento de defesa das urgências do Hospital de Anadia, esclarecendo e garantindo, ainda, que qualquer atitude que viesse a ser tomada e que pudesse, eventualmente, ser conotada com qualquer acção de índole política, da sua parte, tal ideia não iria passar, na medida em que a sua presença se devia à legítima defesa daquilo que, além de ser a sua obrigação como Presidente da Câmara Municipal de Anadia, é a sua convicção, e que tentam retirar a Anadia e que é ouvido dentro e fora de Anadia, designadamente que Anadia tem um hospital de categoria, de vanguarda, um hospital que está credenciado por entidades estrangeiras. Referiu-se, então, ao que caracterizou não ser uma verdadeira democracia mas, antes, a força do poder de uma forma quase imperativa para dizer, sem apelo nem agravo e nas costas dos cidadãos, que o serviço de urgências do Hospital de Anadia fecha. Apelou, entretanto, à melhor postura e melhor compreensão ao longo da discussão, para que todos possam falar. Agradeceu, também, à Assembleia Municipal, aos GM que por unanimidade quiseram dar voz àqueles que também queiram falar sobre o assunto, referindo não estarem preocupados com quem tiver de falar contra, desde que apresentem justificações adequadas, porque também serão ouvidos. No entanto, adiantou que vão lutando para os convencer que se trata de uma atitude que lesa Anadia e apelou, uma vez mais, aos presentes para acreditarem na sua capacidade para defender o Hospital de Anadia e as suas urgências. -----

----- Dirigindo-se aos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Câmara explicou que da documentação da sessão fazia parte um protocolo, que disse ter-se recusado a assinar por não concordar com o mesmo, uma vez que lesa os interesses do seu concelho e a sua função é, precisamente, defender esses interesses. Referiu que na mesma documentação também existia uma contraproposta ao referido protocolo, porque seria ilógico dizer que não concorda e que não assina e nada ter para oferecer em contrapartida. Referiu, então, considerar mais proveitoso, estando os Senhores Deputados em posse de ambos os documentos que constam do ponto único da ordem do dia, responder às questões que lhe queiram colocar do que fazer uma dissertação do assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu, então, início ao período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais, tendo, para uma primeira intervenção, concedido a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que interveio para referir que gostaria que fosse o representante do *"partido do governo da Câmara Municipal"* que desse início às perguntas ao Senhor Presidente da Câmara e que não se escudasse, como tem feito nas últimas Assembleias, para assim, a oposição poder responder ao pensamento do GM do PSD. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal atribuiu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que começou por perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal porque só agora se tinha pronunciado, numa altura em que, infelizmente, a novela tinha terminado a nível nacional e que era dado por concluído que o governo tinha resolvido dar a prenda aos Portugueses do encerramento de urgências a nível nacional. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Entretanto, o Senhor Deputado João Morais (CDU) referiu que ia falar da sua freguesia, tendo lembrado que Sangalhos perdeu um Hospital, perdeu um Serviço de Atendimento Permanente (SAP) e perdeu agora uma consulta aberta, situação em que os Deputados do GM do PS, bem como alguns do PSD, afirmaram, há um ano atrás, que seria uma mais-valia para Sangalhos. Referiu, então, não ter sido só uma mais-valia que Sangalhos perdeu, porque perdeu também todo o concelho porque muitos dos munícipes do concelho se serviam do SAP que funcionava em Sangalhos. Afirmou, ser com bastante tristeza que via o Presidente da Câmara e os seus Vereadores, bem como os Vereadores da oposição, apresentarem à Assembleia uma nova proposta de criação de um novo Hospital, na medida em que considera que, e como será do conhecimento geral, o Governo não está interessado em criar hospitais, está sim interessado em destruir aquilo que de bom existe a nível nacional, como o caso de Anadia, que tem um Hospital certificado e com provas dadas e testemunhadas por todos os presentes. Portanto, e para concluir, referiu que o Senhor Presidente da Câmara e os seus Vereadores e os da oposição, quando apresentaram a proposta, deveriam pedir, sim, que o terreno que é disponibilizado para a construção do novo Hospital fosse para um cemitério, porque os Anadienses estão a morrer e vão morrer por falta de assistência. -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD), para apresentar algumas questões que disse parecerem-lhe de grande preocupação. O Senhor Deputado, fazendo alusão às palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara, começou por referir não se tratar de uma questão dos Partidos de Anadia, mas da forma como os Governos, e não apenas o actual, têm tratado as populações, na medida em que o concelho de Anadia, aos poucos, vai ficando cada vez mais pobre porque tudo o que existia no concelho e que servia as pessoas, que as ajudava a crescer, está, ou parado, ou em risco, ou a desaparecer. Neste sentido, constatou ser uma realidade o facto do concelho de Anadia estar a perder instalações que compete ao Estado manter, como o Hospital de Sangalhos, a que se lhe seguiu o SAP de Sangalhos e lhe seguirá o Hospital de Anadia. Em jeito de comentário, referiu que os Anadienses não têm que ter medo nem precisam de alargar os seus cemitérios porque quando as urgências não estiverem abertas, está lá uma ambulância, algo que serve para socorrer uma pessoa num local, ou duas ou três no mesmo local, mas que quando o problema for de vários locais, essa ambulância não se repartirá e, provavelmente, alguém terá de ficar pelo caminho para qualquer lado. -----

----- Continuando, o Senhor Deputado Luís Santos (PSD) disse que gostaria de transmitir uma mensagem aos Governos de Lisboa, referindo-se aos mesmos como *"àquelas pessoas que lá estão sentadas nos Gabinetes e decidem a nossa vida, porque não dão hipótese de nós a decidirmos por nós próprios"*, no sentido de os convidar para, num qualquer dia, se dignarem a visitar o concelho de Anadia, sem polícias à frente, sem guarda-costas, para fazerem o caminho, nem que seja de ambulância, entre Anadia e Coimbra, ou entre Anadia e Aveiro e, depois, nos poderem dizer que cronometraram os tais trinta minutos que são necessários para



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o Hospital de Anadia tenha de fechar, porque continua com muitas dúvidas que um Hospital, que tem cerca de quarenta mil urgências por ano, não tenha capacidade para ser mantido. No entanto, reconheceu ser também verdade que as pessoas que tomam essas decisões vão aos grandes Hospitais de Lisboa ou das grandes cidades e não têm problemas de urgências, mas acrescentou, que a população do concelho de Anadia tem e que quando as pessoas das suas famílias começam a ficar pelo caminho por não terem possibilidade de chegar ao serviço de urgência mais próximo, gostaria de perguntar àqueles que tomam essas decisões porque é que as estão a tomar. A terminar, perguntou concretamente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal porque é que ele não tinha querido aprovar o protocolo proposto pela Administração Regional do Centro (ARSC). -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), que começou por referir que a posição do seu GM sobre a questão das urgências do Hospital de Anadia, apesar de conhecida, porque tem sido publicada, é a de que os seus membros estão contra qualquer medida que signifique redução da qualidade dos serviços prestados no concelho de Anadia em termos de saúde e, no caso em concreto do protocolo que é proposto à Câmara para assinar, parece-lhes não satisfatório e, por isso, compreendem e estão com o Senhor Presidente da Câmara nessa relutância em aceitar esse protocolo, lembrando ter sido também, e como o Senhor Presidente da Câmara referiu, a posição dos Vereadores do PS no Executivo Municipal, uma posição que está e tem estado em harmonia com as posições da maioria do PSD que governa a Câmara Municipal de Anadia. -----

----- Continuando, o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), acrescentou que a posição do PS tem sido, não só, a de subscrever e aceitar posições da maioria mas, inclusivamente, de fazer propostas a uma posição construtiva, recordando que, há cerca de um ano, os Vereadores do PS tinham apresentado uma proposta no sentido de defender um nível mais elevado de urgências, o chamado médico-cirúrgico, acima do nível básico, uma posição que foi acolhida e subscrita pelo conjunto da Câmara Municipal, e que é uma posição que, afinal, corresponde a esta posição que o Senhor Presidente da Câmara também já anunciou publicamente, de um novo Hospital com esse nível de urgência médico-cirúrgica. Explicou, então, que essa posição acontece porque esta região está, pelo menos, como foi dito desde Sever do Vouga à Mealhada, relativamente desguarnecida em termos de condições que permitam esse nível de urgências intermédio, logo, acima do nível básico e que, por todos esses motivos, e bem, o Senhor Presidente da Câmara, com a intervenção construtiva dos Vereadores do PS, propôs um novo Hospital, ofereceu terreno, portanto, uma posição com a qual os Deputados Municipais do GM do PS estão consonantes. -----

----- O Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) aproveitou a ocasião para reafirmar, em nome do GM do PS, a posição de apoio ao Senhor Presidente da Câmara, porquanto consideram que ele está com uma missão espinhosa, difícil, que tem uma carga pesada sobre os seus ombros por ser o representante do concelho nas negociações com a ARSC. Disse que os Deputados do GM do PS pretendiam dar-lhe esse apoio, porque consideram que o Senhor Presidente da Câmara



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

precisa desse apoio e do da população. No seguimento, disse que os Deputados do PS apelavam ao Senhor Presidente da Câmara para não desistir de negociar, porque ainda não tinha terminado o prazo de negociação e o período de negociação ainda vigorava, e que ele não quebrasse qualquer ponte, qualquer relação com o Ministério da Saúde, para não romper o diálogo e para se manter em negociação até ao último dia e até à última hora. Concluiu, referindo ser essa a posição dos membros do PS porque consideram que o momento, que a questão é de importância capital e de importância para o futuro, porquanto, provavelmente, o que está a ser analisado não é apenas a questão estrita das urgências, é uma questão de futuro do próprio Hospital, pelo que, a relação construtiva que a Câmara Municipal tem de manter, a todo o custo, com o Ministério da Saúde, é decisiva para o futuro dos serviços de saúde que se venham a prestar no concelho de Anadia. É uma posição de apoio ao Presidente da Câmara no seu papel difícil de negociações com o Ministério da Saúde, das quais não deve desistir. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD), que, invocando a qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, ainda que interessado e também preocupado com o problema de Anadia, começou por destacar as inúmeras valências que Sangalhos tem vindo a perder e que, por inerência do encerramento do serviço de urgências do Hospital de Anadia, com certeza, vai continuar a perder. Recordando uma reunião havida em Outubro de dois mil e seis, entre o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Fernando Morais da Silva, o Senhor Dr. José Manuel Lebre, Director do Centro de Saúde de Anadia (CSA), e ele próprio, aquando do anúncio do encerramento do SAP e do consequente início das consultas abertas em Sangalhos, referiu que o Director do CSA, na altura, tinha, de certa forma, traçado um cenário positivo e, acreditando na boa fé das pessoas, nunca pensou que o Governo iria, de facto, encerrar o SAP em Sangalhos para o transformar em regime de consulta aberta.-----

----- O Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD), continuou, constatando que, de facto, o que se veio a verificar foi que Sangalhos perdeu o seu Hospital, onde inclusivamente havia internamento, foi criado o Centro de Saúde de Sangalhos (CSS), que depois deixou de se chamar Centro de Saúde, e foram perdidas valências. Para melhor se fazer entender, relatou uma situação com a qual disse ter ficado indignado, pelo facto de uma pessoa, que tinha de ser suturada com quatro pontos num simples corte, se ter visto obrigada a ir para Anadia porque o não poderia fazer em Sangalhos, não culpando as pessoas que lá trabalham, mas a estratégia do actual Governo ao não dar material nem medicamentos às pessoas que lá trabalham para poderem fazer esse trabalho. Referiu ainda tratar-se de uma estratégia para acabar com o CSS e que, perante o exemplo que deu, será também o que acabará por acontecer com o Hospital de Anadia, que é o assunto em discussão, e no qual reside a preocupação de todos. Sangalhos servia um universo, durante a semana, de dez mil pessoas, no fim-de-semana triplicava porque era o único Centro de Saúde aberto aos sábados e domingos, que acabou ou vai acabar. -----

----- Falando de uma outra situação, o Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD) constatou que um bom exemplo de que não existe controlo nas contas da saúde, é que o Governo decidiu o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

encerramento do serviço de urgências do Hospital de Anadia quando, nomeadamente os técnicos que estão em Anadia têm formação nos casos emergentes e Águeda não tem, contudo, Águeda continua aberto e Anadia acaba. Para exemplificar a qualidade dos serviços do Hospital de Anadia, e a título informativo, relatou que quando teve de recorrer aos serviços da unidade de cuidados continuados, por altura de uma situação de doença de um familiar, (o ano passado quanto morreu a sua sogra), que inclusivamente, foi-lhe prestado apoio domiciliário por parte dos serviços técnicos de apoio de Anadia, foi excepcionalmente bem atendida, porque Anadia tem tudo. Ao contrário, constatou que Águeda, por exemplo, não tem, que será o Hospital que fica mais próximo e que irá ficar aberto, porque, depois, só Aveiro ou Coimbra, os quais ficarão saturados, o que contribuirá para aumentar as preocupações da população do concelho de Anadia, e que levará, se calhar, a que muitas pessoas estejam horas para serem atendidas, quando os cuidados primários, que poderiam ser feitos nos Centros de Saúde, não podem ser porque acabam com os Centros de Saúde, ou, mesmo, que cheguem a morrer nas macas dos corredores. -----

----- Concluiu o Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD), referindo, então, serem todas essas preocupações que o moveram para intervir e que considera que deveria dar a conhecer aos presentes, para ficarem sensibilizados e, ao mesmo tempo, prevenidos para, eventualmente, serem tomadas algumas atitudes, se calhar, menos agradáveis para o Governo, mas que têm, de facto, de ser tomadas e, também, para estarem todos com a Câmara Municipal, mostrarem toda a sua força ao Governo, porque, como disse, *"não é assim, de ânimo leve, que tiram tudo a pessoas calmas, civilizadas, da Bairrada, um povo de trabalho, cheio de civismo, mas com muita força e contra a força não há argumentos"*. -----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD), que começou por declarar a sua satisfação pela presença do público que demonstra bem a importância que todos dão ao assunto em discussão, importância essa que referiu vir do passado, passado esse que levou uma instituição privada a criar condições para que se pudesse socorrer a população de Anadia, na saúde, e de lhe garantir o bem maior, aquele bem que a comunidade mais deseja para todo o cidadão, que é a saúde. -----

----- O Senhor Deputado José Veloso (PSD), referiu ser justamente nessa matéria que um Governo mais distraído a todos quer retirar, e em particular à Bairrada, que tem retirado quase tudo e mais se avizinha para retirar, o que provoca sentimentos de tristeza e situações de maior pobreza. No entanto, disse que gostaria de deixar uma pergunta, sobre os critérios, porque considera que Anadia cumpre todos os critérios que Águeda também tem de cumprir, e porque pensa que terá de existir uma razão, que a todos têm de explicar, para optarem por Águeda e não por Anadia, adiantando, no entanto, que Anadia também não quer que Águeda perca, porque é benéfico para as gentes do Vouga, mas salientou que a Bairrada merece mais respeito. Referiu ser também importante saber quanto custa uma vida humana, quanto custa a prevenção, sabendo, de antemão, que os custos com um cidadão que é socorrido de imediato, são bem menores do que com aquele que tardiamente é socorrido. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para terminar e, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Deputado José Veloso (PSD) reconheceu que, de facto, tem de ser tomada uma certa atenção no diálogo que tem de haver, mas apelou para que fosse firme nesse diálogo, porque, como referiu, *“somos homens de valores e não nos podemos render a uma troca por troca de coisas menores. A saúde é um bem maior que nós temos que defender, não tem preço, esse bem maior, temos valores para defender”*. -----

----- Decorridas as intervenções dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às mesmas. Começando por responder ao Senhor Deputado João Morais (CDU), garantiu que a novela ainda não tinha terminado, pelo menos da sua parte, estava no auge, naquele momento em que todos querem saber se o artista principal morre ou não, sendo que ele ainda não morreu, nem morrerá, por certo, de ânimo leve, até porque garantiu o empenhamento da Câmara Municipal e constatou que o apoio que estava a receber de todos os presentes, era uma forma inequívoca de lhe dizer, *“vá em frente”*. Garantiu, então, que iria seguir em frente porque a razão ultrapassa todos os sentimentalismos de ordem política ou, até, de ordem social e porque o que estava em causa era um bem consignado na Constituição Portuguesa, o direito à saúde, sendo que o que estavam a fazer aos munícipes de Anadia era retirar-lhes esse direito. E, portanto, pelos direitos de todos, nunca lhes faltará a força para lutar. -----

----- Ainda em resposta ao Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Câmara referiu concordar com ele, não com o facto de serem necessários mais cemitérios, mas que serão derramadas muitas lágrimas, se o projecto do Governo, de uma forma muito exclusiva, do Ministro, for em frente, ainda que esteja convencido que não. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara passou, de seguida, a elencar acções que tiveram a participação da Câmara Municipal, quando foi solicitada. Começou por recordar o convite que tinha recebido, há cerca de um ano, para fazer uma viagem a Espanha com o Senhor Ministro, viagem essa que efectivamente foi concretizada, mas sem a companhia do Senhor Ministro, porque chegou a Elvas, pagou o jantar a todos os acompanhantes, e disse para continuarem a viagem até Espanha. Informou que, entretanto, durante o jantar, e porque as acções, ainda que muitas vezes não documentadas, falam muito mais alto, até que a própria razão, o Senhor Ministro lhe tinha dito, *“Senhor Presidente, o caso de Anadia é um caso especial, que vai ser tratado de forma especial”*, e mais, *“Senhor Presidente manifestações nunca, porque eu com manifestações, negociações encerradas”*, tendo concluído que poderia acontecer que tivesse vergonha ou, pelo menos, assumisse a responsabilidade de fazer aquilo com que se comprometera. E que lhe tinha dito mais: *“Senhor Presidente como é um caso especial, vai ser tratado de forma especial e o seu caso só será tratado em fins de Junho, princípios de Julho”*, após o que ficou a aguardar porque nada mais poderia fazer, e ainda, *“não esteja preocupado, com protocolo ou sem protocolo, o Hospital de Anadia e todos os outros, provavelmente, vão ter dificuldades em se manterem”*, explicando que a razão para esta última frase seria porque os



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Hospitais não seriam dotados de pessoal, equipamentos, meios financeiros, etc., ou seja, que lhe estaria a deixar uma mensagem “*democrática*”. -----

----- Esclareceu, então, que, curiosamente, não tinha cumprido em Junho, não tinha cumprido em Julho, nem em Setembro, este último, o mês em que apareceram os primeiros contactos com o Presidente da Câmara de Anadia, precisamente no dia vinte de Setembro, dia em que recebeu um telefonema do Senhor Dr. Pimentel, Presidente da ARSC, um homem simpático, de conversação fácil, que lhe pediu para reunirem. A primeira reunião aconteceu no dia nove de Outubro, às dezasseis horas, quando lhe foi dito que lhe iria ser proposto um protocolo que não diferia do de Cantanhede, nem do de Estarreja, com o qual disse que ficaria para analisar. Foram enviados protocolos para apreciação, via fax, que não o de Anadia, e em vinte e quatro de Outubro, pelas dezassete horas e cinquenta minutos, e teve lugar mais uma reunião, inconsequente, tendo passado, depois, através de contacto telefónico, para o dia dezanove de Novembro, dia em que disse que estaria presente na ARSC às catorze horas e trinta minutos, também, apenas, para saber qual a evolução por parte da Câmara Municipal. -----

----- Continuando, não sem antes apresentar o seu agradecimento a todos os Vereadores, sem excepção, porque lhes foi dando conta dessas conversações, informou que em dezanove de Novembro se tinha iniciado a ruptura, porque lhe disse que o que estava proposto à Câmara Municipal era lesivo para o concelho, porque o que se propunha, Anadia já tinha, e melhor, porque tem um Centro de Saúde óptimo em termos de prestação de serviço aos utentes, o Hospital com a pretensão que consta da proposta alternativa da Câmara Municipal e que constava da ordem do dia, pelo que, naturalmente, não poderia aceitar. Mas, acrescentou que o mais grave da questão, era que o Presidente da ARSC lhe tinha telefonado, em vinte e dois de Novembro, com a intenção de trabalhar politicamente a situação, dizendo que seriam solidários, que assinariam tudo, que não haveria ataques das forças que se opõem à força que lidera, actualmente, a Câmara de Anadia. Como disse ser evidente, não precisava de o dizer, porque o Presidente da Câmara já conhecia a posição do PS e, sempre que apoiado pelo PS ou por qualquer outro partido, recebe de bom grado esse apoio e agradece, que foi o que fez na devida altura. Perante toda a situação, a conversação parou e disse que não assinava, disse para melhorar o documento, sendo que o mesmo não foi melhorado porque o que foi apresentado no primeiro dia ainda se mantém e foi presente para discussão. -----

----- Entretanto, e por estranho que pareça e que disse ser motivo da sua preocupação, informou ter sido avisado por médicos de Anadia, de que as urgências do Hospital de Anadia iriam encerrar no dia vinte e dois de Dezembro, sendo que o Senhor Ministro, ou o Senhor Presidente da ARSC, com quem andou a falar, não se dignaram a comunicar ao Presidente da Câmara, via fax, ou outra forma, de que, uma vez que não tendo sido conseguido o acordo, as urgências em Anadia iriam fechar no dia vinte e dois. E quanto a isso, referiu, ainda que não com garantia absoluta, que só não terá acontecido por uma de duas razões, ou por uma carta que entretanto dirigiu ao próprio Primeiro-Ministro e até ao Presidente da República, responsabilizando o Senhor Ministro da Saúde e apresentando as suas preocupações,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente pela não aceitação da colaboração dos médicos do Centro de Saúde em trabalhar no Hospital de Anadia. Curiosamente, aconteceu que alguns médicos se recusaram, claramente, a dialogar com a Câmara Municipal sobre o problema, porque, provavelmente, os médicos em questão, do Hospital e do Centro de Saúde, são médicos pagos pelo Governo e, portanto, a disciplina no sector impõe esse tipo de atitude, acrescentando que, até à data, não tinha recebido qualquer manifestação oficial de médico algum, mas que tinha sido através deles que, de forma meia complicada, tinha sabido que as urgências iam encerrar no dia vinte e dois. Dando seguimento à sua explanação, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, curiosamente no dia seis de Dezembro, pelas dezoito horas e trinta minutos, tinha recebido um contacto telefónico do Senhor Presidente da ARSC, que lhe perguntou "*Senhor Presidente, não há possibilidade nenhuma de chegarmos a acordo?*", ao que lhe voltou a repetir que com o protocolo que tinha sido proposto não, que o mesmo tinha de ser melhorado, porque Anadia estava a perder muito, e que lhe disse, também, "*é só para lhe dizer que não tenho mais a fazer, mas quero-lhe comunicar, porque o Senhor teve um contacto com o Senhor Ministro, que a urgência de Anadia não vai fechar em vinte e dois de Dezembro mas sim em dois de Janeiro*". De qualquer forma, avançaram com mais uns dias, mas disse continuar a pensar que algo mais se passava, porque tinha sido convocado para comparecer no Tribunal, na quinta-feira às dez (10) horas e, quando lá estava o Senhor Ministro tentou contactá-lo, mas como não pode atender, disse que ligava mais tarde, pelo que disse continuar a aguardar, tranquilo, pela interessante mensagem que o Senhor Ministro teria para lhe dar, que não seria, por certo, o encerramento do Hospital, "*esta é a minha fé*", disse. -----

----- Recomendou o Senhor Presidente da Câmara o alerta de todos, porque, como referiu, "*a injustiça é de tal ordem grande e grave que eu não acredito, de uma forma muito simplista, que se feche, de momento, para o outro as urgências*". Aproveitou, entretanto, para ler um documento do Senhor Ministro, datado de dezasseis de Outubro, para que todos ficassem com a ideia do que efectivamente se passava com o problema, do qual constava uma comunicação do Senhor Ministro ao Senhor Presidente da Câmara a dizer que tinha sido solicitado ao Presidente do Conselho Directivo da ARSC o estudo de soluções e apresentação das propostas que melhor qualifiquem o Hospital, sendo que o que pretendiam dizer era que o Presidente da ARSC estaria a discutir com o Presidente da Câmara um assunto que era, não a defesa do Hospital de Anadia, mas, naturalmente, o seu encerramento. -----

----- Para melhor explicar o assunto, passou a apresentar alguns números que lhe tinham sido fornecidos sobre o serviço de urgências do Hospital de Anadia: em dois mil e seis, as urgências das oito às vinte horas foram de vinte e oito mil, oitocentos e noventa e sete, sendo uma média de oitenta urgências por dia das oito às vinte horas; no total das vinte e quatro horas são cento e sete pessoas por dia, num total de trinta e nove mil e sessenta e três utentes, números que considera bastante significativos. Referiu, ainda, que a comunicação fazia alusão a uma outra situação interessante, que o Hospital de Anadia gastava muito dinheiro. No entanto, comentou, não aludia à conta do Hospital de Águeda, do de Aveiro, do de Cantanhede, ou de Coimbra, e



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acabava com uma nota final interessante: *"A ARS Centro está a trabalhar o protocolo de acordo com a Câmara de Anadia, para se criar uma consulta aberta das 8 às 24 horas, (consulta aberta que não tem nada que ver com urgências) a realizar nas instalações do Hospital de Anadia mas a cargo do Centro de Saúde"*, o que concluiu querer dizer, pura e simplesmente, que todas as pessoas que trabalham no Hospital de Anadia iriam para a rua porque quem viria fazer tudo aquilo seria o Centro de Saúde de Anadia. E a comunicação dizia mais: *"A ideia é aproveitar os meios de diagnóstico e técnicos ali instalados"*. A comunicação dizia ainda que *"no futuro, o Hospital deve caminhar para um modelo de resolução rápida de problemas, reforçando a sua capacidade de tratamentos em algumas especialidades, tais como: ginecologia, oftalmologia, saúde oral"*, mas tudo com um ponto de interrogação. -----

----- Continuando, informou que a forma encontrada para a resolução rápida dos problemas, quando são encerradas urgências, é a instalação de uma ambulância, transformando, portanto, o Hospital de Anadia numa garagem de uma ambulância que nada tem a ver com a do concelho de Cantanhede, porque a do concelho de Cantanhede tem determinadas características, é uma SIV, tem médicos, tem as pessoas adequadas para fazer a assistência, enquanto a que está pensada para o Hospital de Anadia tem pessoal não especializado ou, quando muito, especializado em meia dúzia de dias. Portanto, disse que perante tudo o que foi exposto é suficiente para entender que a saúde está em perigo, mas o Hospital muito mais, o que traduz a sua preocupação. -----

----- Disse, também, que no Hospital de Anadia, no momento, trabalhavam cento e oitenta e duas pessoas, uma situação deveras preocupante, para ele, como Presidente Câmara, e para os presentes, como familiares e amigos desses profissionais. Essa constitui, também, uma razão porque luta e lutará com todas as suas forças porque, continuava a dizer, que só acreditaria quando visse o Hospital fechado, rematando que o Hospital não iria encerrar se todos estivessem unidos. No entanto, garantiu que não promoveria manifestações, até porque estava avisado pelo Senhor Ministro sobre esse tipo de iniciativas, e acrescentou que, ainda que fosse pior, o protocolo não assinaria mesmo. Entretanto, adiantou que todas as medidas que estivessem ao seu alcance, como Presidente da Câmara Municipal e como cidadão, para defender, ao lado da população, sozinho, onde fosse necessário, o Hospital de Anadia, poderiam contar com o seu apoio. -----

----- Respondendo ao Senhor Deputado José Veloso (PSD) sobre os critérios, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o Hospital de Anadia reunia todas as condições, exactamente iguais às de Águeda, só que o estudo encomendado pelo Governo sobre os serviços de urgências a encerrar, alega que o de Águeda é mais central. Reconheceu, então, ser mais central por estar mais perto de Aveiro e ter melhores condições para Aveiro, mas acrescentou que Anadia era mais central, o que o levou a apresentar a proposta para a construção de um Hospital, que poderá ser junto à Mealhada ou junto a Águeda, desde que seja no concelho de Anadia, onde os serviços de saúde, onde o Ministério entender que fica bem localizado, porque Anadia quer, como disse o PS, e bem, que não sejam só as urgências e crê



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a população em causa, que vem de Sever do Vouga, Mortágua, Oliveira do Bairro, Mealhada, justifica plenamente a existência de um, senão grande, médio Hospital, que garanta a saúde às pessoas de toda essa zona. Porque, como referiu, *"toda a gente sabe que o Hospital de Aveiro não responde, de forma satisfatória, às nossas exigências, toda a gente me diz, para Aveiro não, ao menos para Coimbra, isto diz-me o povo"*. Falando do Hospital de Águeda, apresentou, como preocupação, o facto deste Hospital, com o mesmo número de doentes urgentes e emergentes do de Anadia (110 doentes), ser apresentado como sustentável. Referiu, então, que o ideal seria um hospital de proximidade, no concelho de Anadia, que responda às urgências e aos serviços médico-cirúrgicos. -----

----- Adiantando alguma da informação que conseguiu retirar das conversações, nomeadamente sobre a reformulação dos Centros de Saúde, referiu que Anadia irá perder, por certo, o seu Centro de Saúde, porque passará a existir uma grande coordenação dos Centros de Saúde, vislumbrando, por certo, todas as unidades de saúde dispersas a terem um tratamento igual. Portanto, e dirigindo-se ao Senhor Deputado Municipal Sérgio Aidos (PSD) que também é Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, recomendando-lhe que não estivesse muito preocupado porque iria ter de "verter lágrimas" conjuntamente com muitos outros Presidentes. A terminar, apelou à luta, porque, com a vontade de todos, publicamente manifestada, tinha a certeza de que o Governo, ainda que não fosse sensível, mas com a ajuda da sensibilidade dos homens do PS de Anadia, pela sua proximidade, depressa lhe fariam chegar a mensagem de que a situação era negra. Rematou, dizendo que Anadia não vendia nem dava os seus direitos por pouco, porque quer um serviço de qualidade, que é o tem tido e terá de continuar a ter. ----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que interveio, dirigindo-se ao GM do PS, lembrou a moção contra o encerramento das urgências do Hospital de Anadia e do SAP de Sangalhos que a CDU tinha apresentado em Assembleia Municipal há seis meses atrás, moção essa que foi aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD e da CDU e com a abstenção do Grupo Municipal do PS, lembrando, ainda, que a justificação para a abstenção, era que tudo era mentira, que as urgências não iam fechar, o SAP de Sangalhos não ia encerrar, e tudo não passava de propaganda política. Constatou, então, que a realidade, infelizmente, se tinha revelado completamente diferente. Perante tão lamentável desfecho, o Senhor Deputado constatou que para que a inversão de todo o processo venha a acontecer, torna-se necessário dizer ao Governo que mentiu à população do concelho de Anadia, porque fez promessas eleitoralistas enganosas. Nessa medida, disse que propunha que da Assembleia em curso, da parte da população, fosse efectuada uma moção, em é necessário dizer *"não ao Governo, dizer basta"*, porque, em sua opinião, o Ministro da Saúde, o Primeiro-Ministro e os restantes membros do Governo só têm um caminho a seguir, é demitirem-se, dar lugar a novas eleições e, então, verificar-se qual é a vontade popular, porque, disse, já pouco resta ao povo. Declarou, então, ser importante estarem, como tinha referido o Senhor Presidente da Câmara, serenos para defenderem a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

democracia, porque a população quer uma democracia económica, em que possa ter o direito à saúde, à educação dos seus filhos, que é isso que o Governo está a pôr em causa. São esses direitos que as pessoas querem, porque ninguém quer uma democracia só para ouvir palavras, mas sim para haver actos. E o facto é que o Governo mentiu as pessoas, *“é um Governo de mentirosos, que sempre que vem para o povo ri-se”*. Continuou referindo que *“nós devemos ter vergonha do sorriso destes Ministros. Eles devem falar com honestidade, com seriedade e não com risos”*. Concluiu propondo que a Assembleia fizesse aprovar, uma moção de voto no ar com todos os presentes, solicitando a demissão deste Governo e a não assinatura de protocolo, *“porque nós não acreditamos em mentirosos”*.-----

----- Na sequência da intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que, relativamente à última proposta que tinha feito, de uma moção a ser votada por todos, a mesma não poderia acontecer porque tal estava destinado exclusivamente aos Deputados Municipais, sendo que a Lei e o RAMA impede o público de se manifestar nas sessões da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), para exercer o direito de resposta, nomeadamente para, como disse, esclarecer alguns pormenores suscitados na última intervenção que não correspondiam à verdade. Começou por falar da moção que tinha sido votada em Assembleia Municipal sobre a questão das urgências, tendo confirmado que realmente teve a aprovação do PSD e da CDU e a abstenção do PS, mas acrescentou estar convicto de que o problema de Sangalhos não tinha sido tratado, uma vez que já estava consumado, já tinha sido objecto de uma moção de censura anterior, uma questão que disse que, no entanto, poderia ser confirmada na acta. Afirmou, então, não ser verdade que nessa ocasião o PS tenha dito que era mentira que se ia fechar, porquanto não poderia dizer nem uma coisa nem outra, até porque estavam a discutir o assunto, na Assembleia em curso, e estava ainda a decorrer uma negociação. -----

----- Relembrou, entretanto, que a posição do PS relativamente às moções de censura que criticavam o Governo tinha sido sempre a de que não aceitariam actos de hostilidade para com o Governo, até porque decorria a fase de negociação e não faria qualquer sentido, tendo em conta que a posição do PS e o seu apelo ao Senhor Presidente da Câmara é de que negocie, não desista de negociar, não rompa o diálogo, não destrua as pontes e as relações com o Ministério da Saúde, porque consideram muito isso importante. Perante essa posição, afirmou que não seria o PS que iria aprovar actos de hostilidade ao Governo. Para concluir, declarou que o GM do PS estava em pleno acordo com a posição do Senhor Presidente da Câmara, a qual subscrevia, mas referindo-se à intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), disse que não estava nada de acordo com a proposta populista, irresponsável e meramente inspirada por intuítos partidários que tinha sido apresentada. -----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), o Senhor Deputado João Morais (CDU) solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o uso da palavra, para exercer o direito de resposta. Perante o facto do GM da CDU já ter esgotado o seu tempo,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o GM do PSD cedeu um minuto para que este Senhor Deputado pudesse usar da palavra. Em resposta ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) e na sequência do que tinha dito sobre a possibilidade de ser consultada a acta da sessão em que foi votada a moção de censura, o Senhor Deputado João Morais (CDU) informou aquele Senhor Deputado de que na Assembleia Municipal seguinte lhe poderia entregar as actas que contemplam o voto contra do GM do PS. --

----- Antes de passar a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário de que tinha sido apresentada à Mesa uma proposta do GM do PSD a solicitar a distribuição do comunicado da ordem dos médicos, de cinco de Dezembro de dois mil e sete, onde são manifestadas as preocupações quanto ao funcionamento dos serviços de saúde do País e quanto ao encerramento dos serviços de urgência. -----

----- Distribuído o referido documento, de imediato foi concedida a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD) que começou por, lamentavelmente, constatar que depois de retirados alguns serviços ao concelho de Anadia, o que estava em discussão, provavelmente, seria o próximo. Recorrendo às palavras do Senhor Presidente da Câmara de que se encontrava em negociações, o Senhor Deputado perguntou-lhe se efectivamente estava nessa fase ou se seria um facto consumado, como constatou ser apanágio do actual Governo, que é apresentar as situações como factos consumados. Por outro lado, e no caso de serem encerradas as urgências do Hospital de Anadia, disse que pretendia saber qual o destino que iria ser dado ao Hospital, tendo mesmo deixado no ar a pergunta se iria cair na mão de privados, concluindo ser uma outra questão que a todos deveria preocupar, já que, lamentavelmente, considera que a saúde, actualmente, é só para os ricos e para os amigos do PS, que não admite, principalmente aos Senhores Deputados do GM do PS, nada terem feito, até então, e se alguma coisa fizeram, não a apresentaram em Assembleia. Nessa medida e, no caso dos Deputados Municipais do PS terem dados privilegiados, uma vez que são os representantes locais do Governo, o Senhor Deputado disse que eles poderiam esclarecer o Plenário nesse sentido, mas que não lhe parecia ser essa a intenção do GM do PS. -----

----- Adiantando a possibilidade de ser concretizado o encerramento do serviço de urgências, o Senhor Deputado António Silva (PSD) constatou que a Anadia lhe restaria o Hospital com a consulta aberta mas, de acordo com as informações de que disse dispor, a consulta aberta não poderá funcionar no Hospital e terá de ser assegurada pelos médicos do Centro de Saúde. Perguntou, então, o que irá acontecer ao Centro de Saúde, no caso de ser ordenado que a consulta aberta terá de funcionar no Hospital. Antes de concluir, apresentou uma última questão, relativamente à política cegamente vocacionada para a vertente económica, uma vez que, ao que parece, o encerramento das urgências terá também, na sua origem, uma questão económica e não o facto de Anadia ficar com outros e melhor assegurados serviços, nomeadamente com os Hospitais da Universidade de Coimbra e o Hospital de Aveiro e, eventualmente, na sua opinião, por razões políticas, com o Hospital de Águeda. Exposto o seu ponto de vista, o Senhor Deputado perguntou, assim, ao Senhor Presidente da Câmara, no caso



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de ele já ter sido esclarecido sobre a matéria, se ficaria mais oneroso a manutenção de um serviço de urgências ou do serviço da ambulância e quantas pessoas iria implicar esse serviço da ambulância para poder ser assegurado vinte e quatro horas. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que começou por comentar uma passagem da intervenção do Senhor Deputado Luís Santos (PSD), quando se referiu a munícipes e não munícipes, para dar como um facto importante, e que todas as pessoas deveriam saber, que na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia trinta de Novembro de dois mil e sete, nos Paços do Concelho, em que foi discutida a Carta Educativa do Município de Anadia, que também nessa sessão lá haviam munícipes e não munícipes, sendo que na sua opinião, os munícipes eram os residentes de Mogofores e os não munícipes eram elementos da Guarda Nacional Republicana vestidos à civil, encomendados pela Câmara Municipal. -----

----- Quanto à questão em discussão, o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) esclareceu que não gostaria que as pessoas pensassem que era contra o encerramento do serviço de urgências, porque não era. Pelo contrário, disse ser, sim, favorável a que as urgências trabalhem com o mínimo de condições e, principalmente, favorável a que as pessoas deveriam ser bem esclarecidas sobre como irão funcionar as urgências. Aproveitou, então, para informar os presentes, uma informação que disse que o Senhor Presidente da Câmara ainda não tinha conhecimento, de que as urgências não serão uma garagem de ambulâncias, tendo, inclusivamente, acrescentado que se o Hospital tem a ambulância do INEM que para lá vai, é por opção do Senhor Presidente da Câmara, porque lhe tinham sido oferecidas as mesmas condições do Hospital de Cantanhede, com as quais, garantiu, estar muito satisfeita a população do concelho de Cantanhede, e não só, isto dito pelo Senhor Ministro, entre outros. Continuando, o Senhor Deputado afirmou, peremptoriamente, que apesar da vontade da população e de toda a força do Senhor Presidente da Câmara, as urgências iriam fechar, sem qualquer margem para dúvida, tendo, mesmo, declarado que essa informação já tinha sido facultada ao Senhor Presidente da Câmara e ao próprio Administrador do Hospital, mas que o Hospital não encerraria e, inclusivamente, adiantou que as urgências irão mesmo ser melhoradas. Informou, ainda, que tinha sido adjudicada uma obra nas urgências do Hospital, no valor de dois milhões de euros, obra essa que iria ser realizada, exactamente, para as ambulâncias que o Senhor Presidente da Câmara disse que não iria ter.-----

----- Seguidamente, o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) fazendo uma alusão a uma intervenção do Senhor Deputado Luís Santos (PSD), designadamente quando este disse que a população do concelho de Anadia estava mais pobre porque estava a perder tudo, reconheceu ser verdade, até porque, como disse, *"lembro-me da Curia, que há trinta anos, desde que este Governo do PSD tomou conta de Anadia, a Curia já lhe fez o funeral, começou a fazer o funeral, continua a fazer o funeral à Curia"*, e acrescentou, tendo começado por matar o Hóquei em Patins, as Termas, a Junta de Turismo, esta última que referiu, com agrado, que tinha deixado de pertencer à Câmara Municipal a partir do dia catorze de Dezembro último.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Terminado o tempo de intervenção do Senhor Deputado António Cavadas, e antes de conceder a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD) para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), na sequência de um juízo de valor que tinha feito na sua última intervenção, de que as sessões da Assembleia são sessões públicas, pelo que qualquer cidadão, independentemente da função que ocupa, em forças policiais, ou não, tem todo o direito a estar presente e, para além de poder estar presente, também poderá participar. -----

----- De imediato, tomou a palavra o Senhor Deputado Luís Santos (PSD) que começou por dizer que não se recordava de se ter referido a munícipes e não munícipes, e para tal gostaria de ver a gravação, se lhe fosse facultada, porque pensava mesmo que a frase não era sua, mas acrescentou que, de qualquer forma, se se tinha referido a alguns não munícipes, seria porque, na realidade, estariam presentes na Assembleia em curso pessoas que não são naturais nem residentes no concelho de Anadia. -----

----- Abordando uma segunda questão, o Senhor Deputado Luís Santos (PSD) também como direito de resposta à última intervenção, referiu estar convicto de que todos estariam centrados na questão da união em torno do problema das urgências do Hospital de Anadia e que todos teriam aceite tacitamente que não iriam discutir questões partidárias, pelo que lamentou que o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), tivesse introduzido na discussão questões partidárias ou, mesmo, particulares. -----

----- Decorrido o direito de resposta do Senhor Deputado Luís Santos (PSD), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD) para intervir. O Senhor Deputado começou por dizer que tinha muito respeito pelo Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), pelo contacto que tem sido estabelecido entre ambos e pelo partido que representa na Assembleia Municipal, mas, porque lhe subsistia a dúvida, perguntou ao Senhor Deputado António Cavadas se ele estaria presente na Assembleia Municipal por vontade própria "ou se teria sido mandado". -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Arménio Cerca (PSD) que começou por constatar que a Assembleia Municipal estava naquele dia reunida por causa de um Governo que aparentemente quer fechar quase tudo no País. Relembrou o discurso de tomada de posse deste Governo do PS, pela voz do Primeiro-Ministro, em que a primeira medida anunciada foi a instalação de mais farmácias no País para que as populações tivessem melhor, mais fácil e maior proximidade no acesso aos cuidados de saúde. Apesar de considerar correcta esta situação, afirmou que seria muito mais correcto se o Governo mantivesse sempre essa postura. Só que a prática deste Governo tem sido exactamente ao contrário daquilo que manifestou nessa hora porque, logo a seguir, começou por encerrar uma grande parte das maternidades de Portugal, fazendo em alguns sítios deste País, com que as mulheres tivessem, ou ainda têm hoje, que ir a Espanha ter os bebés. Isto é incompreensível. Mais tarde, começou com o encerramento de institutos, depois com o encerramento de urgências em muitos hospitais, para não falar noutras situações. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Senhor Deputado Arménio Cerca (PSD) continuou a sua intervenção, referindo que é difícil de compreender o que se está a passar no nosso País, pois dava-lhe a ideia que se está a assistir a uma autêntica febre de eliminar, diga-se, encerrar tudo o que há de bom no País. Disse ainda que ontem de manhã o País acordou com a notícia que só nos dez maiores hospitais públicos e privados de Portugal, houve cerca de cinquenta e cinco milhões de euros de prejuízo. Lançou algumas questões para o ar: "*Afinal, o que é isso de prejuízo na saúde? As pessoas já não podem adoecer?*". Disse que parecia ser assim, pois se a preocupação era acabar com a despesa na área da saúde, isso aconteceria quando não houver médicos, nem enfermeiros. E se a preocupação era também a receita então, acabe-se, também com a educação, pois não dá receitas. -----

----- Continuou mencionando que democracia é a responsabilidade do compromisso, mas que o Senhor Ministro da Saúde não sabia o que isso era, pois este não respeita os compromissos anteriormente assumidos, apesar de estarmos em democracia. Não se pode continuar a governar, olhando apenas para Lisboa, Porto, Coimbra, ou seja, olhando só para as grandes cidades. Nas pequenas cidades também residem pessoas dignas e trabalhadoras. Afirmou ainda que era tempo dos nossos governantes olharem para essas pessoas que residem nas pequenas cidades. Um bom retrato disto foi o que disse ontem o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança, acerca da falta de água para abastecimento a essa cidade, e que espera por uma solução há vinte anos. Se qualquer tipo de problema existir numa grande cidade, é imediatamente solucionado, venha lá o dinheiro de onde vier. Veja-se o caso dos PDM quando foi necessário construir novos estádios para o Euro, em que os mesmos foram de imediato alterados. O mesmo já não se passa com o PDM de Anadia, pois este Governo não faz para ele ser aprovado. Reforçou a ideia que era tempo do Governo de Portugal zelar também pelos interesses das pessoas que residem em meios mais pequenos. Para terminar, o Senhor Deputado lembrou que ontem, uma alta individualidade do Governo de Portugal falou às televisões, acerca da eventual participação de polícias nos crimes da noite do Porto e em Lisboa, dizendo que isso seria uma exceção à regra. Acreditando isso ser uma verdade solicitou ao Senhor Ministro da Saúde que considere Anadia também uma exceção à regra, permitindo que as urgências do Hospital de Anadia se mantenham abertas por muitos e longos anos. -----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado António Cerca (PSD), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal atribuiu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) para exercer o direito de resposta o qual só foi possível porque o GM do PS lhe concedeu um minuto do seu tempo para o efeito. -----

----- Em resposta ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD), o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) disse-lhe que se estava presente na Assembleia era por ter sido eleito para tal, não como o Senhor Deputado Armando Pereira (PSD), que tinha sido eleito para Presidente de Junta de Freguesia, mas eleito como Deputado. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Passando a responder ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD), o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) referiu ter gostado das suas palavras, mas lamentou o facto do Senhor Deputado não ter conhecido a sua terra como ele próprio a conheceu. -----

----- Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder a todas as anteriores intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário de que a Mesa tinha entendido prolongar os trabalhos por mais quinze minutos, tempo que iria permitir ao Senhor Presidente da Câmara prestar um cabal esclarecimento a todas as intervenções feitas até então. -----

----- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, começou por responder ao Senhor Deputado António Silva (PSD), informando-o de que, oficialmente, a Câmara Municipal ainda não tinha recebido qualquer comunicação sobre o encerramento do serviço de urgências, o que, em sua opinião, demonstra uma clara falta de ética, na medida em que a única comunicação que teve foi um telefonema do Senhor Presidente da ARSC que lhe disse que as urgências não seriam encerradas em vinte e dois de Dezembro de dois mil e sete mas em dois de Janeiro de dois mil e oito. Respondendo à pergunta do Senhor Deputado sobre que fim pensa que vai ser dado ao Hospital de Anadia, o Senhor Presidente da Câmara começou por esclarecer que, como seria do conhecimento do Senhor Deputado, a Câmara Municipal de Anadia tutela uma determinada área, sendo que a saúde ainda não faz parte dessa área. O Senhor Presidente da Câmara declarou, questionar, mesmo, porque é que, sendo uma tão boa medida para o concelho de Anadia a que o Governo pretende implementar, porque será que exigem que o Presidente da Câmara subscreva o documento? Querem dar um benefício assim tão grande ao Presidente da Câmara? Disse de seguida que não o convenciam. E como a obrigação de melhorar os serviços de saúde não era dele, mas do Ministério da Saúde, este terá, necessariamente, de assumir essa responsabilidade, pois a proposta não é para melhorar coisa nenhuma. O fim que vai ser dado ao Hospital, o Ministro di-lo no comunicado que foi lido na sessão, ou seja, será um local de passagem com uma ambulância, para não lhe chamar garagem, ambulância essa que provavelmente nem um minuto estará parada dada a grandeza do concelho de Anadia. Perguntou como é que uma ambulância dará conta de 100 doentes, conforme constam as estatísticas. Questionou quantas ambulâncias serão necessárias? Mencionou que o Hospital de Anadia será, se é que vai ser, encerrado mas brevemente terá de ser reaberto, ou então, tal como dizia o Senhor Deputado João Morais (CDU), se calhar, transformar-se-á em alguma morgue ou cemitério. Quanto a questão se as conversações tinham ou não acabado, disse, que não sabia se tinham de facto começado, pois na sua opinião não se pode chamar ao que aconteceu de conversações. Afirmou que neste momento há realmente um corte de relações entre a Câmara Municipal de Anadia e o Ministério da Saúde. ---

----- Quanto às ambulâncias, o Senhor Presidente da Câmara referiu que sabe que as ambulâncias, contrariamente também ao que aqui foi afirmado por alguém, não são todas exactamente iguais, nem são tripuladas pelo mesmo tipo de profissionais de saúde. É bom que isto se note. E isto não é fazer política. Relativamente ao que foi referido que tinha sido



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

oferecido a Anadia o mesmo que a Cantanhede não corresponde à verdade, e era bom que se dissesse quais os canais que deram essa informação. De facto, o que foi realmente oferecido ao Presidente da Câmara foi uma miséria. Continuou, expondo que tinha havido algo que o tinha magoado profundamente. Referia-se a uma notícia de um jornal de que a GNR interfere, que não há democracia nesta Câmara. Disse que todos o conheciam, uma pessoa nem tem motorista nem guarda-costas e anda normalmente rua, mas que anda alguém a insinuar que a Câmara mandou vir protecção policial para uma sessão da Assembleia Municipal. Afirmou que era importante que estas pessoas falassem com seriedade, e que façam política com verdade, uma luta permanente pela defesa dos interesses das populações, esse é que é o verdadeiro político, não é aquele que tem o “*crachá*” do partido maioritário. Avançou na sua intervenção referindo que o verdadeiro político é aquele que lutou e que defendeu os interesses das pessoas. Disse sentir-se acarinhado na rua e que lhe davam muita força para lutar e, que não é através de jornais que modificam aquilo que os munícipes de Anadia pensam do seu Presidente. Colocar a GNR neste assunto não faz sentido, pois como todas as pessoas, fora das suas funções, são cidadãos de corpo inteiro, negando que alguma vez os tenha chamado para tal. No entanto, aproveitou a ocasião para frisar que essas atribuições, são do Governo Civil, esse sim, é quem tutela a GNR e, naturalmente, define aquilo e onde deve actuar. -----

----- Respondendo ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Presidente da Câmara Municipal constatou estar tudo dito, uma vez que o Senhor Deputado tem o princípio da verdade, o que ele diz é que é a verdade, pelo que o povo então é que não a terá. Disse Discordar totalmente do Senhor Deputado, mas que lhe dava o direito de se exprimir como entendesse, e que isso era da sua inteira responsabilidade. -----

----- Em resposta à intervenção do Senhor Deputado Armando Pereira (PSD), disse não querer comentar muito o que foi referido, nomeadamente se o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) tinha ido ali por encomenda, pois isso não lhe dizia respeito. Disse que o momento não era para fazer política, pois o momento era muito mais importante do que qualquer partido político.-----

----- No que se refere à intervenção do Senhor Deputado Arménio Cerca (PSD), o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que ele tinha dito uma verdade que todos constatamos, pois encerra-se tudo e além disso não há emprego, o que vai gerar muitos problemas para os nossos filhos, os nossos netos, os nossos amigos e os nossos vizinhos. Depois ainda dão computadores que facilitam a vida de toda a gente, mas que mais não servem do que para alegremente se entreterem a jogar. Esta é a verdade. Disse lutar por objectivos que sejam do interesse do seu Município, referindo que havia algo que o preocupava imenso: as pessoas da serra, os mais pobres, os mais distantes da sede do concelho, as crianças quando precisarem de socorro imediato. Se algo vier a acontecer responsabilizará o Governo por todas as consequências nefastas que possam ocorrer. Reforçou o facto de que a sua posição não é política, nem de manifestações. Mas deixou esclarecido, que a Câmara Municipal, logo que tenha condições para isso, avançará com uma providência cautelar, pois sente força e sente que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alguém de direito dará razão a essa força. Deu a certeza de que não iria parar, e mesmo que encerrem, o Presidente da Câmara estará a lutar pelos meios jurídicos que tiver ao seu alcance para conseguir evitar ou, pelo menos, atrasar este funeral do Hospital de Anadia, porque não são só as urgências, é tudo. Afirmou que para mal do nosso concelho e infelizmente, já se está desprovido de quase tudo: há um ano que não há reuniões sobre o PDM invocando-se que *"não há funcionários"*. Disse que isto acontecia porque mandam-nos todos embora, uns reformados, outros mudados. E é esta a política do Governo, de entregar não se sabe a quem, em que *"os dinheiros que vêm da CEE"* servem para pagar pareceres, inclusivamente o que defende o encerramento da urgência do Hospital de Anadia. Transmitiu a ideia de que gostaria de saber quanto custou ao Governo a aquisição deste parecer, onde certamente não faltou dinheiro, dinheiro que é de todos, o dinheiro que os cidadãos pagam para encerrar as instalações. -----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal transmitiu a compreensão e o apoio pela decisão do Senhor Presidente da Câmara em específico, mas do Executivo no seu todo, de não proceder à assinatura do protocolo apresentado pela ARSC. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, apelou para que se mantivesse firme, inflexível em tudo o que seja retirar direitos às populações do concelho de Anadia até porque, como disse, tem sido essa a sua postura, apelou por isso para que a mantivesse, na medida em que considera ser a postura correcta na defesa das populações, sobretudo na matéria em discussão, que mexe com a alma e com o coração das pessoas, que é o direito à saúde, um direito que a todos assiste e que está constitucionalmente consagrado e que *"é um direito sagrado das populações"*. Exortou ainda o Senhor Presidente da Câmara a ser o porta-voz da resistência, o porta-voz do sentir e da revolta das gentes do concelho de Anadia em relação ao encerramento do serviço de urgências do Hospital de Anadia. Continuou, afirmando que com as palavras que tinha proferido, estava a transmitir claramente a sua posição, a posição da Mesa da Assembleia, mas, também, o que o sentir de toda a Assembleia Municipal e também da população presente na sessão. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal exprimiu ao Senhor Presidente da Câmara, todo o apoio para as batalhas, porque nas suas palavras entendeu que se estava numa guerra, uma guerra na defesa, na preservação e na manutenção do serviço de urgências do Hospital de Anadia. Transmitiu força nas batalhas que se iria ter pela frente, e encorajou o Senhor Presidente a defender, até ao limite das suas forças, a manutenção do serviço de urgências, afirmando que teria, todos os que ali estavam presentes, ao seu lado nesta grande batalha. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu nota que o GM do PSD tinha apresentado uma proposta preconizando a inversão da ordem de votação das propostas constantes da ordem do dia. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que admitia a proposta do GM do PSD e explicou que o normal seria que se votasse em primeiro lugar a proposta de alterações da Câmara Municipal e depois a proposta originária de protocolo da ARSC, pois é assim que legislativamente se procede. Na proposta do GM do PSD, propõe-se que seja ao contrário. Prestados os devidos esclarecimentos sobre a proposta em causa, o Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia Municipal passou à votação da proposta de protocolo da ARSC, tendo a mesma sido rejeitada, com trinta e dois votos contra, zero votos a favor e uma abstenção, tendo passado de imediato, à votação da proposta de alterações à supracitada proposta de protocolo, apresentada pela Câmara Municipal de Anadia, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta e dois votos a favor e uma abstenção. -----

----- Concluídas as votações, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) para proferir uma declaração de voto oral, a qual se transcreve na íntegra: *"Eu quero esclarecer, aqui, a este auditório, a forma porque votei e a razão porque me abstive no protocolo que a Câmara propõe. Como eu não acredito que seja construído um novo Hospital, e que acredito que é mais fácil perdermos as urgências, é a razão porque quero aqui expressar a minha forma de me abster e quero que esta minha abstenção fique registada em acta para que, no futuro, como ainda há bem pouco aqui um Deputado do Grupo Parlamentar do PS não tem bem a certeza, quero que fique registado em acta o motivo porque me vou abster num protocolo que a Câmara exige para a construção de um futuro Hospital. Quando não se consegue sustentar uma formiga, como é que é possível sustentar um elefante? E quero aqui desejar, infelizmente, porque a quadra natalícia não é de festa, quero desejar um Bom Natal a todos os presentes e aos seus familiares, e um Ano que de facto seja um Ano com mais força para todos nós, como pediu o nosso Presidente da Câmara, para podermos estar aptos a vencer uma batalha dura mas que vai ter de continuar, não são só em relação à saúde, como em relação a outros problemas que se irão deparar no nosso concelho. Tenho tudo dito. Um Bom Natal para todos."* -----

----- Decorrida a declaração de voto do Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário da entrada na Mesa da Assembleia de uma proposta do GM do PSD de aprovação em minuta do ponto único da ordem do dia, tendo de imediato, passado à sua votação, da qual resultou, a sua aprovação, por maioria, com trinta e um votos a favor e duas abstenções. -----

----- Encerrado o ponto único da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu entrada ao período de intervenção do público, tendo informado o Plenário de que tinham sido entregues na Mesa da Assembleia nove pedidos para intervir. Recorrendo ao Regimento, informou haver um período inicial para intervenção do público, de trinta minutos, o qual iria ser gerido em cumprimento com o preceituado no Regimento, ou seja, o tempo iria ser distribuído pelos inscritos, pelo que a Mesa da Assembleia iria conceder quatro minutos a cada inscrito para intervir, sendo que após as intervenções do público intervirá o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Após este primeiro período, e se for suscitado, poderá existir um segundo momento com mais trinta minutos. De seguida, informou que iria dar a palavra por ordem de entrada dos pedidos na Mesa. -----

----- A primeira intervenção coube ao cidadão Mário Hermínio Oliveira Vidal, residente na Amoreira da Gândara, a qual se tenta transcrever: -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- "Em primeiro de tudo, cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente de Câmara e todos os Senhores Deputados. Meus Senhores e minhas Senhoras, boa noite. Eu estou aqui para falar em nome do povo de Amoreira da Gândara. Peço desculpa aqui ao meu Presidente da Junta, que não o estou a querer ultrapassar. Como compreendem, esta é uma das freguesias mais atingidas pelo encerramento do Hospital de Anadia, por ser a mais distante. E, por isso, é mais um chuto para os indivíduos que moram lá mais longe. E quero aqui lembrar, efectivamente, de que o País está doente, a saúde também está muito doente, o Senhor Ministro da Saúde está muitíssimo doente, o Senhor Primeiro Ministro está já moribundo, esse já está moribundo e, como tal, ficam aqui expressadas a vontade, julgo que da maioria do povo. Tenho alguma autoridade para poder falar em nome do povo porque sou um membro da Assembleia de Freguesia de Amoreira da Gândara. Portanto, fica aqui o voto de apoio ao Senhor Presidente da Câmara para que, efectivamente, não assine esse protocolo assassino para as nossas gentes, do nosso concelho. Também lembraria, aqui, se não seria possível dotar o Hospital de Anadia de outros meios de auxílio diagnóstico, em vez de se procurar um novo Hospital, isto pelo menos, até que o novo Hospital seja construído, o que isso levará, com certeza, anos se for conseguido, porque há muitos meios de diagnóstico que o nosso Hospital não tem e por vezes manda-se para Coimbra por uma simples fractura, para engessar um pé ou uma mão. Lembro, também, que o Senhor Ministro da Saúde, que só vê a Lei economicista, de que este Governo se rege, infelizmente, e então numa parte como é a saúde, mas, infelizmente, é o que temos. Porque não vem esse Senhor fazer uma viagem ao concelho de Anadia e, se possível, à freguesia de Amoreira da Gândara, para ver se consegue chegar a Coimbra nos famosos trinta minutos, e isto, cumprindo as regras de trânsito impostas por Lei. Não seria aqui os Senhores da Saúde arranjamem a esse Senhor Ministro da Saúde uma crise renal, uma apendicite aguda, para ver se ele chegava lá nos trinta minutos. Talvez ele soubesse aquilo que custa à população não ter as comodidades de viver em Lisboa. Era isto que queria deixar expresso, aqui, ao Senhor Presidente da Câmara, o apoio da Freguesia de Amoreira da Gândara neste sentido, pois todos juntos seremos poucos para estas questões tão difíceis. É isto que espero que aqui, neste caso, o Senhor Presidente da Câmara seja teimoso, passo a expressão, e não assine esse protocolo. Quanto às garagens, ou à garagem da ambulância, que passará a ser o Hospital de Anadia, Senhor Presidente, vão-lhe pôr aqui muito mais ambulâncias e os dois milhões de euros que o Senhor Dr. António Cavadas referiu, será para construir mais garagens para as recolher". -----

----- Decorrida a primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao cidadão Pedro Miguel Guerra Esteves, residente na Póvoa do Pereiro, cuja intervenção se tenta transcrever: -----

----- "Antes de mais, cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa e os seus companheiros, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e os seus Vereadores. Caros Deputados Municipais, caros Senhores, minhas Senhoras. A minha intervenção também é muito curta. Era para, de facto, antes de mais, felicitar a forma como esta Assembleia Municipal e este tema, que a todos



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nós tem um custo, a nós cidadãos de Anadia, como foram esquecidas as problemáticas político-partidárias e se resumiu, de facto, a uma discussão que é de todos, não é do PSD, não é do PS, não é do PP, não é da CDU, mas, de facto, dos cidadãos de Anadia. Isto de facto, temos que louvar os nossos Deputados Municipais, temos que louvar os Vereadores da oposição, bem como os Vereadores do Executivo. Directo ao assunto, e em concreto, queria, de facto, também demonstrar aqui a força e a vontade ao Senhor Presidente da Câmara como tem conduzido todo este processo. Dizer que o encerramento dos Hospitais de Anadia é grave, muito grave. Quantos Senhores, quantos cidadãos aqui estão que trabalharam a vida inteira, que descontaram, muitos deles acordavam às cinco/quatro da manhã para ir para as terras, em alturas difíceis, chuva e vento, para hoje perderem tudo aquilo que trabalharam. De facto, é triste tirar um direito a estes cidadãos que trabalharam durante uma vida inteira e, agora, quando chegam às suas necessidades vitais, à saúde, não podem usufruir e não têm direito. Isto a mim, enquanto jovem, entristece-me porque eu também gostaria de ver que as futuras gerações tratassem, numa altura em que eu necessitasse, tratasse como mais um e tratasse a saúde como um prejuízo e não como um custo. Queria também e aqui realçar, de facto, e dizer, há um guerrilheiro que eu admiro muito, que é o Sun Tzu, e ele dizia uma frase que acho que se aplica perfeitamente hoje, aqui, ao Senhor Presidente, "não basta ter boas tropas, é preciso estar nas batalhas certas". As tropas estão aqui e a batalha está lá fora. Senhor Presidente, vá em frente que nós estamos cá". -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à cidadã Rosa Maria Tomás da Conceição, residente no Pereiro, para intervir, intervenção que se transcrever: -----

----- "Muito boa tarde a todos. Queria, em primeiro lugar, cumprimentar a Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados da Assembleia. Estamos aqui, a minha voz vai ser, com certeza, a voz de muitos dos que estão aqui, ou de quase todos, salvo duas ou três vozes dissonantes, mas, dirijo-me ao Senhor Presidente da Câmara, já diz o velho ditado "vozes de burro não bradam aos céus". Estamos aqui porque queremos manter as urgências do Hospital de Anadia abertas e queremos dizer um basta. Eu discordo da posição do Senhor Vereador Socialista quando disse para manter o diálogo, Senhor Presidente, eu acho que o diálogo, a fase de diálogo está ultrapassada. Temos que passar à fase seguinte. É necessário dizer basta, é necessário descobrir, dizer a este Ministro, a falta de seriedade com que ele tem tratado todo este assunto desde o início. O Senhor Ministro abandonou a mesa de negociações com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde seria assinado um protocolo chapéu, um protocolo umbrella (...). O Senhor Ministro não quis assinar esse protocolo nacional porque, obviamente, apostou na política do dividir para conquistar e foi dividindo os Municípios, um a um, assinando protocolos individuais. Os Senhores sabem, talvez alguns tanto ou melhor que eu, que há protocolos assinados por este País fora onde foram negociadas rotundas, estradas, variantes, etc., etc., etc., à custa do encerramento das respectivas urgências. Anadia, não estamos aqui



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para criticar as prioridades, as urgências, ou as leviandades dos outros Municípios. Estamos aqui, sim, para apostar nas urgências do Hospital de Anadia. Portanto, Senhor Presidente, não assine esse protocolo porque Anadia não está à venda. Eu percebo que o Senhor Presidente não queira e não deva desobedecer ao Senhor Ministro, mas nós, o povo, queremos e podemos desobedecer ao Senhor Ministro, fazendo manifestações e outras coisas afins, porque ainda vivemos em democracia. Estamos consigo, o Senhor é o nosso líder, foi para isso que foi eleito, estamos em solidariedade, mas estamos prontos para a batalha que for necessário e para desobedecer ao Senhor Ministro. Basta o Senhor chamar às armas, aqui estaremos". -----

----- Prossequindo para a quarta inscrição, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao cidadão José Francisco Paixão Correia, residente em Mogofores, que fez a intervenção que se tenta transcrever: -----

----- "Boa noite a todos. Já agora, também cumprimentar toda a gente, desejar a todos, antes de mais, um Bom Natal, já que o nosso Governo não o quer fazer. Quero também dizer ao Senhor Presidente que estamos todos dentro do mesmo barco. Vamos embora. Agora, também me parece que é claro que o diálogo terminou. Aliás, vamos ter que retomar o diálogo mas depois de manifestarmos algumas provas de força. Porque já esteve anunciado, por diversas vezes, o encerramento das urgências e aquilo que nós, neste momento, sabemos e por aquilo que o Senhor Presidente até nos disse aqui, é que primeiro mandou recado para o local certo, preparem as malas, comecem a arrumar os armários que vão ficar sem emprego. Depois, a título de desculpas, dizendo que se esqueceu, pede, afinal já não vai fechar numa data, fecha na outra. A certeza que a gente tem, neste momento, é que o velório está marcado e até já podemos encomendar as coroas de flores da magnificência que cada um queira dar ao acto. Por isso é que eu, aliás, até dando voz a algumas outras intervenções que já aqui se fizeram, eu compreendo que o Senhor Presidente da Câmara não tenha, ou tenha um combate a fazer no combate jurídico, não assine e deve exercer tudo o resto. Mas, que também não impeçam que o povo fale porque, podem não gostar que a gente fale português, mas eu tenho muito orgulho em ser português. E agora, estes dois milhões de euros que vêm para aí deve ser para fazer a garagem, mas não é só para fazer a garagem para a ambulância, provavelmente, para mais duas carroças com burros para nos levarem para Coimbra, que precisa de espaço, as ambulâncias não podem levar toda a gente e as carroças dos burros sempre nos podem ir fazendo aproximar mais de Coimbra. Mas, provavelmente, será para mudar o nome do Hospital, transformar uma coisa pública em privada, que é uma coisa que nós estamos habituadíssimos a ver neste País. Aconteceu na Mealhada, aconteceu já em Sangalhos e vai acontecer aqui. Portanto, é para isto que as coisas estão. E tal como foi aqui bem recordado, o direito à saúde é um direito constitucional e não deve haver custos em relação a isso. Se estão preocupados com a recolha de custos, que os peçam à banca, com 5,6 milhões de euros de lucro por dia, que só pagam muito menos que as pequenas empresas que nos dão emprego a todos nós, de impostos, peçam a esses e aos outros. Acabem-se com as mordomias, não estejam a mexer naquilo que é um direito universal, de todos nós. Nós pagamos para isso. Portanto, aquilo que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eu aqui apelava é que temos muitas formas de luta, utilizamo-las todas. Temos ali o caminho-de-ferro, podemos lá pôr uns barrotes que os comboios não passam e o Senhor Ministro, de certeza, que nos vem falar, já compreende, com a polícia de choque à frente, que ele não vem sozinho, manda a polícia de choque que são os mauzinhos da fita. Mas temos de mostrar que não estamos dignos com isto. Nós somos portugueses de primeira, não somos de segunda, somos de primeira, todos nós nascemos cá e pagamos os nossos impostos, que de nós eles não se esquecem de receber, mas esquecem-se de nos tirar os direitos. São as escolas que fecham, são as urgências, é os SAP, é os Centros de Saúde. Até já se fala de que vão fechar mais dois ou três Centros de Saúde cá no nosso concelho. Portanto, se a gente ficarmos todos sentados à espera que a boa negociação nos leve a bom porto, se calhar... Quando, até há pouco, o Senhor Presidente dizia que tem fé que as urgências não vão fechar, eu gostaria de lembrar que também os engenheiros que construíram o Titanic diziam que era ele um barco infundável e não fez uma viagem. Portanto, é bom que a história também nos vá ensinando e organizemo-nos e tratemos de defender aquilo que é nosso, custe a quem custar. Eu sei que há os Senhores tecnocratas dos nossos sucessivos Governos que nos têm governado, que não gostam de folclore, não gostam de ouvir o povo falar, mas vão ter de o ouvir e nós estamos cá para dizer isso. Por outro lado, mesmo para terminar, tem todo o meu apoio, o Senhor Presidente da Câmara, enquanto estivermos numa de defender o nosso Hospital, porque quando não for assim, passarei, obviamente, para o campo adversário". -----

----- Para a quinta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à cidadã Alexandrina Maria Almeida Leitão, residente em Anadia, que fez a seguinte intervenção, que se tenta transcrever: -----

----- "Boa noite a todos, Autarcas e público em geral. Eu normalmente falo para uma plateia completamente diferente, uma plateia de gente muito mais pequena. E, sou professora e estou aqui um bocadinho preocupada com uma coisa tão simples. As nossas crianças, como vocês sabem, gostam de saltar, de correr, de brincar e, ainda ontem, num corta-mato escolar, uma criança sentiu-se mal. A parte cardio-respiratória ficou descontrolada e necessitou de assistência. Esteve na Escola, não conseguíamos controlar e essa criança veio para o Hospital de Anadia. Foi muito bem tratada. Fez electrocardiogramas e fez tudo o que tinha a fazer, foi a uma psicóloga, porque pensavam que também era a parte nervosa que estava, enfim, a provocar tudo isso. E eu pergunto, para estas coisas, que no fundo são, se calhar para muita gente, para o Senhor Ministro não são urgências, mas para nós são, eu pergunto, noutra situação, seria necessário essa criança ir para Coimbra, se calhar atravancar urgências que têm lá casos muito mais dramáticos? Eu acho que não, sinceramente. E às vezes há dias na Escola que isto acontece muitas vezes, ontem aconteceu uma, mas quem lá passa, numa escola com trezentos alunos, quatrocentos, depende, isso acontece. Há dias que não acontece nada, mas há dias que acontece muito e depois, às vezes, há que chamar os Pais, quando as crianças já estão no Hospital, dar-lhe a conhecer. E esses Pais saem dos seus empregos. Uma coisa é vir a Anadia, outra coisa é ir para Coimbra. E eu pergunto, afinal que contas se fazem neste País?



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fazem-se só as contas à saúde? Ou fazem-se as contas a toda a outra parte da economia? Bem, só quero acrescentar, para além disto, desta preocupação, que já tive que recorrer ao Hospital de Anadia, várias vezes, por questões pessoais e por questões familiares, e sempre, sempre, fui muito bem tratada, ao contrário do que aconteceu, ao que parece, com o Senhor, penso que Deputado. Mas eu pergunto, se não fosse esse comprimido debaixo da boca, se a ambulância que agora vai estar a substituir o Hospital estivesse fora e se não houvesse quem lhe pusesse o comprimido debaixo da boca, será que tinha tempo de chegar a Coimbra e ter sido operado? Por tudo isto, eu estou com vocês, para o que der e vier". -----

----- Prossequindo para a sexta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à cidadã Maria Fernanda de Jesus Leitão Nuno, residente em Anadia, que disse o que se tenta transcrever: -----

----- *"Boa noite a todos. Boa noite Senhor Presidente. Boa noite a todos da Mesa. A minha questão é a seguinte: Eu pergunto, se as urgências fecham, como é que se salva um Pai, que ainda há coisa de dois meses se levou aflito com um enfarte e o médico lhe pôs o comprimido e o acompanhou até Coimbra porque viu que o caso não era para ser tratado aqui? Esteve uma semana ligado a máquinas em Coimbra, mas foi muito bem tratado em Anadia. Se não era o médico que estava de serviço, o meu Pai, hoje, estava debaixo de terra. Eu pergunto porque é que se desconta tanto para a saúde, porque é que eles não nos perguntam se nós queremos descontar para a saúde? Eles já vão ao ordenado tirá-lo e porque é que eles, se já vão tirar dinheiro à pessoa, porque é que eles agora nos querem cortar o Hospital? Eu pergunto se isto é maneira de um Ministro destes ver? Eu pedia que ele viesse a Anadia e que ouvisse o povo, que viesse a Anadia e que fosse aqui chicoteado, que era o que ele merecia, e depois ir para o Hospital e ninguém deixar que o atendessem tão depressa, que eu queria ver se ele gostava. Eu era a primeira a estar na porta do Hospital e não consentir que ninguém o atendesse, porque eu acho que esse homem não merece outra coisa se não ir para fora do Governo, que ele não está ali a fazer nada. Por mim, ele já lá não estava há muito tempo. E se houver uma manifestação que vá a Lisboa, sou a primeira a alinhar". -----*

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à cidadã Maria Carolina de Jesus Leitão Formoso, residente em Anadia, que fez a intervenção que se tenta transcrever: *"Boa noite a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, com muito orgulho, pelo trabalho que tem feito. Eu, pessoalmente, já fui assistida nas urgências de Anadia por várias vezes. Uma delas, se não tivesse sido feito esse atendimento, eu estaria hoje debaixo da terra. Portanto, pergunto, qual a razão que se deixa fechar umas urgências, um Hospital, que faz falta a uma população, a um concelho enorme como o nosso, e sem possibilidades, muitas vezes, de se deslocarem porque não têm meios, não têm dinheiros, é um concelho pobre. Há que olhar pelos nossos idosos, pelas crianças, pelos adolescentes, por todos nós. E isso é que o Senhor Ministro deve pensar e não pensar em encher o bolso à conta de todos nós, porque o que ele quer é tirar o dinheiro da saúde e reembolsá-lo para ele e para toda a capanga*



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o acompanha. Portanto, eu sou contra o encerramento e sou a favor do nosso Presidente, que não assine e nós estaremos cá todos para o apoiar". -----

----- Cumprindo a oitava inscrição apresentada à Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal atribuiu a palavra à cidadã Maria do Carmo de Magalhães Correia de Matos Borges Carvalho, para intervir, intervenção que se tenta transcrever: -----

----- "Muito boa tarde a todos. Eu quando vim hoje aqui não fazia tenções, de maneira nenhuma, de usar a palavra, porque vim por uma questão de marcar presença, porque eu acho que isto é uma decisão que vai ser irreversível. Eu tenho que acrescentar que antes de, antes não, mas também como cidadã de Anadia, sou enfermeira no Hospital de Anadia e tenho vivido muito de perto toda esta situação. Eu acredito que não vai haver, pelo menos nos tempos mais próximos, hipótese nenhuma de se, como já referi, hipótese de mudar qualquer decisão a nível ministerial, não acredito. De qualquer maneira, é importante que todos nós nos sintamos unidos. Lembro que Anadia foi o único concelho que deu entrada com uma petição na Assembleia da República, o movimento que, se bem se recordam, iniciou-se há um ano atrás. É com orgulho que o digo, aqui, publicamente e que lembro a todos, que todos nós fizemos parte disso. Não quero deixar, também, de mais uma vez, dar todo o meu apoio à Câmara Municipal, quer na presença do Senhor Presidente, quer de todo o staff que o apoia, nomeadamente, até de outros quadrantes políticos. Em todo o caso, e perante aquilo que eu ouvi do Senhor António Cavadas, eu não posso deixar, como trabalhadora do Hospital de Anadia, deixar de dar uma resposta ao que eu ouvi, apesar de alguém já ter acrescentado algo nesse sentido. O problema que se põe nas ambulâncias, é que uma coisa é prestar cuidados de saúde entre quatro paredes, outra coisa é prestar cuidados de saúde dentro de uma ambulância. Só quem o faz sabe qual é a diferença. E se o Senhor Cavadas teve de aguardar trinta minutos, é porque o objectivo primordial não é transferir os doentes a correr, seja para onde for, primeiro temos que estabilizar, primeiro temos que garantir o suporte de vida e, só depois, quando estão reunidas as condições, transferimos. E é isso que é feito no Hospital de Anadia. Eu não podia deixar de o referir. Sou cidadã, estou com todos, mas sou enfermeira e sou profissional na urgência. É com muita mágoa, que eu sei que vai fechar, pois com certeza que vai fechar, não há dúvida nenhuma, mas é com muita mágoa, porque realmente é um serviço que tem uma qualidade excelente, dentro daquilo que é a média do nosso País, e eu não podia deixar de publicamente o referir". -----

----- Para a nona e última intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao cidadão Augusto Condesso, que passou a dizer o que a seguir se tenta transcrever:--

----- "Confesso que quando pedi a palavra contava que não fosse, eu não esperava que fossem proferidas as palavras dos que me antecederam, se não, não teria pedido. Fica-me, portanto, apenas para dizer o seguinte: Primeiro, congratular-me por, nesta altura, por Anadia, as forças políticas na Vereação e até na Assembleia Municipal, serem concordantes na vontade de mostrar que está a proceder-se mal, está a ser-se injusto, está a negar-se um direito constitucional, está a não cumprir o dever de quem governa em relação ao povo que é



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

governado. Esta é a primeira razão. Bom Natal! Segunda razão que eu tenho é esta. É que estão aqui elementos do Partido do Governo e nós podemos intimá-los a que exponham, claramente, o mal que fica lutarem, agirem ou fazerem no Governo o que estão a fazer em relação a uma situação que a posição unânime dos Deputados e dos Vereadores do PS demonstra que é a vontade e a necessidade do povo. E isto, meus amigos, é uma intimação que o povo faz. Que digam ao Governo, que digam ao Ministro, que é honra reconhecer o erro e afirmar o erro e responder que, afinal, querer é poder, e pode ainda manter-se a situação que nós pretendemos para Anadia. Não há decisões definitivas contra a vontade do povo. Não pode haver decisões definitivas contra a vontade do povo. Não pode haver nada que contrarie, para sempre, ou já, e sem saber porquê, ou apenas por interesses economicistas, o direito que Anadia tem a manter as urgências, o serviço de urgências do seu Hospital. Hospital que tem um nome. Mais, ainda. Disse uma enfermeira aquilo que nós até já estamos habituados, não só a perceber quando recorremos ao Hospital, mas o que dizem nas publicações que se fazem de agradecimento, nos jornais, aos que assumiram a responsabilidade, como clínicos, como enfermeiros, ou pessoal, tudo o que trabalha para que o Hospital de Anadia seja grande. E há aqui uma coisa que devemos saber e que devemos, realmente, salientar. É isto. É que ninguém se pode manter contra a vontade do povo, povo que é aqui um, mas que noutras terras é outro, povo que não é justo se agradecer favores e é justo se agradecer justiça. E nós queremos agradecer justiça, todos. Não gostei das lutas que aqui se mantiveram em relação a posições e a partidos, etc., não. Aqui, municipalmente, aqui perante o Governo, aqui perante a situação que está a querer passar-se, aqui perante as comparações com outros Hospitais que não têm melhores condições do que nós, nem situação privilegiada ou melhorada em relação a nós para poderem assistir àqueles que têm necessidade. Eu creio que isto tem que se fazer sentir e, um por todos e todos por um, e a Câmara toda, não é o Presidente, a Câmara toda e a Assembleia Municipal com o apoio que tem do povo e que vai manifestar, vamos lutar e conseguir. Era isto que eu queira dizer-vos. Era a melhor prenda de Natal que nós poderíamos ter, era a maior satisfação que podia dar-se ao povo do concelho de Anadia, e não só, porque às vezes, aqui por Anadia passam, ou próximo de Anadia, passam os acidentados, os que foram acometidos de doença súbita e a Anadia recorrem e, depois, agradecem. Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores membros da Assembleia Municipal, em frente sem vacilar. E eu queria que fosse um por todos e todos por um para se saber que qualquer decisão contrária é contra todos e não contra um". -----

----- Concluídas as intervenções dos elementos do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD) para fazer uma interpelação à Mesa, a qual disse ser no sentido da excepcionalidade que tinha havido, por forma a permitir aos representantes dos Partidos Políticos, de uma forma sucinta, em dois minutos, fechar o debate e expressar a sua opinião final. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que quem iria fechar o debate seria o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Referiu que a Mesa da Assembleia



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dava acordo a proposta verbal apresentada pelo Senhor Deputado, no intuito de os representantes dos GM apresentassem declarações finais de dois minutos, mas que a Mesa também entendia que deveria haver consenso dos vários GM quanto à mesma, o que se veio a verificar. -----

----- Seguindo a ordem do GM com menor representação para o GM com mais representação, ou seja, seguindo as regras de uma sessão solene, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que disse que gostaria de esclarecer as pessoas de que, e passa-se a citar, *"não sou contra o encerramento das urgências, não falo em encerramento do Hospital porque o Hospital não vai encerrar, falo nas urgências. Eu não sou contra. Sou contra a qualidade das urgências. Neste momento, para engessar um pé, tem de se ir para Coimbra, não se faz em Anadia, é só isto. Mas sou a favor das urgências, jamais se vão embora"*. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que fez a intervenção que a seguir se tenta transcrever na íntegra: *"Eu quero saudar e expressar o meu apoio a todos aqueles que aqui fizeram intervenções em defesa do Hospital de Anadia. Acabo de verificar que têm as armas carregadas com as balas para defendermos o nosso Hospital e quero aqui, uma vez mais, dizer ao Grupo Municipal do PS que se utilizem os meios de comunicação para o nosso Ministro da Saúde e para o nosso Primeiro-Ministro, para que o Hospital não encerre e que nos dêem respostas antes do dia vinte e quatro e que eles, se depois de encerrarem, se nos vierem pedir perdão dos erros cometidos, a gente não lhes pode perdoar, assim como não podemos perdoar ao Presidente da União Europeia, Durão Barroso, que recentemente veio pedir desculpas públicas que estava a ser enganado. Perante isto, ele cometeu um grande erro perante os Portugueses, porque trouxe a Cimeira para o nosso País, para o Arquipélago dos Açores, que todos nós conhecemos e que é território Português. É lamentável que ele só ao fim de três anos e depois de terem morrido milhões de pessoas inocentes, que ele tenha vindo pedir perdão. Ele não merece o nosso perdão, merece sim ser condenado pelo Tribunal Internacional pela forma como apoiou a invasão desses territórios. É tudo. Um Bom Natal para todos, uma vez mais."* -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), que interveio para, como disse e se transcreve na íntegra, *"reafirmar a posição que já aqui tivemos a oportunidade de exprimir. Há pontos que entre nós, que somos da oposição no concelho de Anadia, e a maioria, que nos têm desunido. Ainda há quinze dias tivemos uma sessão muito animada sobre um outro tema, que foi da Carta Educativa, onde estivemos a manifestar aquilo que entendemos que eram as nossas razões de crítica à posição da Câmara Municipal. Mas este tema não. Este tema é um tema em que temos manifestado, desde início, a nossa concordância e o nosso apoio, nomeadamente ao papel crucial do Senhor Presidente da Câmara nesta negociação. Tem esse nosso apoio, tem o nosso apelo a que continue a negociar dentro das suas possibilidades e com o seu empenho, firmeza, sim, como aqui se pediu, também inteligência, que a tem e que a reconhecemos, e clarividência*



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque há algo mais aqui, neste momento decisivo, que é algo mais do que a simples questão das urgências, é o próprio futuro do Hospital. E, portanto, nesse sentido, essa proposta que significa uma aspiração maior, até de um novo Hospital, para a qual a Câmara já prontificou terrenos, é algo mais que exige que do lado da Câmara haja essa capacidade de negociação sem rupturas gratuitas. É negociar e, com o nosso apoio e com aquilo que também nós temos feito e vamos continuar a fazer particularmente, é com isso que eu termino a minha intervenção. Já agora, desejo a todos os presentes um Bom Natal". -----

----- Para terminar as intervenções dos Grupos Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD), que, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse o que se tenta transcrever: *"Senhor Presidente, o Senhor interpretou bem o sentimento do povo de Anadia. Esse sentimento, e que o PSD reflectiu bem, foi que no passado o povo de Anadia quis um Hospital e teve-o; quis a saúde para o seu povo e teve-o, construiu-o, não é agora para nenhum outro vir destruí-lo de qualquer maneira, mas sim, temos o direito de o defender. Ontem conquistámo-lo, hoje vamos defendê-lo da melhor maneira possível para que tenhamos maiores posses, porque só com saúde é que teremos possibilidade de enfrentar a vida com êxito. Bom Natal para todos e que tenhamos a prenda desejada". -----*

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para encerrar o ponto e para esclarecer todas as questões colocadas. Sobre a questão *"porque é que encerra o Hospital?"*, disse ser difícil, mas que todos sabiam, que já tinha sido apresentado o porquê. Não porque alguém quer, não porque haja razões para encerrar. No entanto, acrescentou que também tido sido dito, claramente, que havia luta e que não haviam decisões definitivas, mas que ele, enquanto não fosse formalizada a ordem para encerrar, não tomaria qualquer iniciativa porque se tratava da saúde e muitas coisas poderiam acontecer até que, efectivamente, algo definitivo acontecesse. -----

----- Dessa forma, disse que só tinha mais que agradecer o apoio que sentiu da parte de todos os cidadãos que usaram da palavra e disse sentir-se orgulhoso pelo povo que representa, na medida em que sentia não estar a lutar sozinho, não estar a lutar por uma causa que não fosse justa e sentia, ainda, porque a esperança é a última a perder, que ainda não seria desta que o Hospital iria encerrar. -----

----- Declarou, entretanto, dar todo o crédito à Senhora enfermeira que interveio e que aproveitou para saudar de uma forma muito especial porque tinha sido ela, com um grupo de Anadienses, que tinha ido à Assembleia da República entregar uma petição onde era defendida a continuação das urgências e que até na intervenção que tinha feito, como profissional da saúde, mostrou que estava, não em primeiro lugar, por imposição do profissionalismo, mas também igualmente, na sua forma de estar, em defesa daquilo que é útil, que é realmente bom na sua terra, que é o Hospital a funcionar com umas urgências que, com as melhorias que são apontadas nos protocolos, de certeza, que não iria acreditar que as urgências, onde iam ficar, que se mantivessem na mesma forma. Acreditava, sim, que fossem melhoradas e que as do



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Hospital de Anadia, a ser consideradas, também ficariam, até porque essa era, sem dúvida alguma, a vontade demonstrada, no dia-a-dia, pelo Senhor Ministro, de que é para melhor. Não deixou, no entanto, de adiantar que todos estariam a aguardar pelo resultado final. -----

----- A terminar, reafirmou a sua disponibilidade para, com o povo, avançar com as acções que acharem determinantes para a manutenção das urgências. Aproveitou, também, e porque, como disse, *"Natal é felicidade, é renovação, é futuro novo, Natal é nascer"*, para desejar a todos um óptimo e feliz Natal e que a época, apesar de nuvens escuras no horizonte, lhes traga uma boa notícia. -----

----- De imediato, e para encerrar o período excepcional de intervenção do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, dos Senhores Deputados Municipais que estiveram em grande número, dos Senhores membros do Executivo e, sobretudo, agradeceu à população, que soube participar e colaborar no apelo que foi lançado de participação na sessão, reconhecendo que tinham sabido estar, que tinham dado um bom exemplo de cidadania, porque considera ser essa a forma como as coisas devem funcionar, acrescentando que, de facto, a população tinha dado um exemplo de responsabilidade civil, responsabilidade social, numa demonstração de democracia plena. Por essa atitude de democracia plena, deu os parabéns a todos e, dirigindo-se a todos, desejou votos de um Bom Natal, de um Bom ano Novo e, para concluir, citou uma frase de Manuel Alegre, que caracterizou de muito simbólica mas que considera que diz muito: *"Há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não"*. -----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, quando eram cerca de dezanove horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -
